

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                      | <b>2</b>  |
| <b>Título: Setor aprova medidas com ressalvas.....</b>                                    | <b>2</b>  |
| <b>Título: Abertura viabiliza uso como matéria-prima, diz Abiquim.....</b>                | <b>4</b>  |
| <b>Título: Ministério projeta investimento novo de R\$ 32,8 bi na área de gás.....</b>    | <b>5</b>  |
| Título: Carga de energia aumenta 4,9% em maio, aponta ONS.....                            | 7         |
| Título: Governo estuda juntar repasses para estimular a adesão dos Estados .....          | 8         |
| Título: Curtas .....                                                                      | 10        |
| Título: Destaques .....                                                                   | 10        |
| Título: Sem linhão, Boa Vista fica inadimplente .....                                     | 10        |
| Título: Restrição à produção de aço na China pesa no minério.....                         | 13        |
| Título: Zilor tem prejuízo e equaciona dívidas .....                                      | 14        |
| Título: Destaques .....                                                                   | 15        |
| <b>Título: Portaria libera a emissão de debênture incentivada por usina .....</b>         | <b>15</b> |
| Título: Caixa consegue captar R\$ 7,3 bi com venda de ações da Petrobras .....            | 16        |
| Título: CVM volta a multar Eike, desta vez em R\$ 550 mil, em casos de OXG e OSX .....    | 18        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                | <b>19</b> |
| <b>Título: Preço do gás não cai por decreto, afirma ministro .....</b>                    | <b>19</b> |
| Título: Goiás deve privatizar elétrica ainda este ano, afirma Caiado.....                 | 20        |
| Título: ONU critica Bolsonaro por defender mineração na Amazônia.....                     | 21        |
| Título: Multas aplicadas a Eike somam R\$ 560 mi .....                                    | 22        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                   | <b>23</b> |
| Título: Petrobras negocia com Cade sua saída do transporte e da distribuição de gás ..... | 23        |
| <b>Título: Não é por decreto que vamos baixar preços do produto, diz ministro .....</b>   | <b>26</b> |

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Após críticas, Petrobras revisa regras de bônus em licença-maternidade..... | 27        |
| Título: Um pouco de gás no otimismo .....                                           | 28        |
| Título: Parte do bolo.....                                                          | 30        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                        | <b>30</b> |
| Título: Gás no investimento .....                                                   | 30        |
| <b>Título: Privatização pode facilitar acesso de estados a fundo.....</b>           | <b>32</b> |
| Título: Primeira infância .....                                                     | 33        |
| Título: CVM multa Eike em mais R\$ 550 mil por dados de OGX e OSX.....              | 34        |
| Título: Polícia confirma explosões em Brumadinho.....                               | 35        |
| Título: Câmara aprova texto-base da nova Lei de Licitações.....                     | 36        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rodrigo Polito e Alessandra Saraiva | Do Rio**

**Título: Setor aprova medidas com ressalvas**

As linhas gerais do plano do governo Bolsonaro para a abertura do mercado de gás natural do país agradaram boa parte do setor. Mas a falta de detalhamento e as incertezas sobre o modelo de tramitação e implantação do arcabouço legal do Novo Mercado de Gás, além do tom populista adotado pelo governo, preocupam especialistas e empresas, em especial quanto ao risco de uma onda de judicialização.

"A ideia de introduzir a competição no mercado de gás é muito perseguida há anos", afirmou a economista Elena Landau, ex-diretora do BNDES. "Mas ainda é preciso avaliar os detalhes", completou. Ela criticou o fato de o governo estipular uma redução de 40% do custo do gás natural. Esse tipo de meta, explicou, é populista e pode atropelar a implementação da reforma.

Landau elogiou a postura do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que afirmou não saber qual será o impacto das medidas no preço do gás,

dizendo que o mercado é que definirá o valor. "A fala do ministro é o exemplo do que um formulador de políticas públicas tem que fazer", disse ela. A economista defendeu ainda que a reforma seja antecedida por uma análise de impacto regulatório e por consulta pública para permitir que todos se manifestem.

Mesmo considerando que ainda não foi publicada a resolução do CNPE com as diretrizes e o detalhamento para a reforma do mercado de gás, a ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, Joísa Saraiva, avaliou como positivo o posicionamento do governo. Para ela, a proposta do governo é mais ambiciosa e moderna do que o programa Gás para Crescer, elaborado na gestão de Michel Temer. Agora a discussão sobre a distribuição de gás, principal ponto de discórdia no setor, será enfrentada com estímulos à privatização.

A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), que reúne as distribuidoras estaduais de gás, está disposta a discutir com o governo e o Legislativo pontos da reforma, mas alerta para o risco de judicialização. A principal preocupação é com a possibilidade de implementação de medidas sem observação do trâmite legislativo e a Constituição. "Tudo o que a gente não quer é uma nova Medida Provisória 579 para o setor de gás. Tem uma história recente que serve de aprendizado, gerou um trauma muito grande", afirmou consultor jurídico da Abegás e presidente da Comissão de Energia da OAB, Gustavo de Marchi, em referência à MP de 2012 que judicializou o setor elétrico.

Dois pontos preocupam a entidade: a resolução do CNPE deve ser de caráter consultivo e não pode gerar nenhum efeito de ordem prática e operacional e, segundo, apesar de avanços propostos pelo governo, as medidas não podem interferir na decisão soberana dos Estados em temas que lhes dizem respeito - incluindo a intenção do governo federal de incentivar a privatização de distribuidoras estaduais de gás.

A Firjan considerou positivas as ações. Segundo cálculos da entidade, a abertura do mercado tem o potencial de destravar e atrair novos investimentos na ordem de R\$ 240 bilhões, além de potencializar a arrecadação de participações governamentais, bem como conduzir a um efeito multiplicador da atividade industrial.

O presidente da Gasmig, Pedro Magalhães, elogiou as mudanças de regras, mas disse que ainda não está claro quando vão produzir efeitos práticos e redução de preços. "Eles anunciaram que a Petrobras vai abrir mão da capacidade de transporte, que vai vender refinarias. Mas o que a gente não consegue ver é quando isso vai acontecer na prática, quando vai permitir uma diminuição do

preço." A companhia distribui gás em 36 municípios de Minas, na região metropolitana de Belo Horizonte; na região do Vale do Aço, onde há uma concentração de siderúrgicas; na região da Zona da Mata, na cidade de Juiz de Fora, próxima à divisa com Rio de Janeiro; e na região de Poços de Caldas, no sul de Minas. A região com potencial de demanda e que não é ainda atendida é a do Triângulo Mineiro. A Gasmig é uma empresa da Cemig, estatal de energia. **(Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo

**Título:** Abertura viabiliza uso como matéria-prima, diz Abiquim

A abertura do mercado de gás natural, que será promovida por meio do programa Novo Mercado de Gás, também vai estimular seu uso como matéria-prima pela indústria química, de acordo com a Abiquim, entidade que representa o setor no país.

Há pelo menos uma década, as empresas químicas brasileiras lutam pela redução dos preços do gás natural, até agora usado no país sobretudo como energia, numa tentativa de se aproximar dos concorrentes internacionais que têm acesso ao insumo a custos competitivos.

"Não era possível usar de outra maneira com esses preços de monopólio. Mas, se o valor passa a ser mais próximo ao do mercado internacional, também se estimula o uso do gás como matéria-prima", disse ao **Valor** o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo. O ponto-chave do programa, em sua avaliação, é a possibilidade de compartilhamento da infraestrutura, permitindo que as empresas vendam gás diretamente ao mercado.

Conforme o executivo, é "surpreendente" que uma solução simples a essa questão - uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - tenha levado tanto tempo a ser alcançada. "Faltava vontade política, que agora há no ministro Paulo Guedes e no **ministro Bento [Bento Albuquerque, de Minas e Energia]** de mudar o mercado."

Para ele, ainda não está claro qual o tamanho do impacto que as medidas terão sobre os preços do gás, mas a expectativa é de queda na medida em que haverá maior oferta no mercado e mais concorrência com a quebra de monopólio da Petrobras. Hoje, a indústria química paga cerca de US\$ 8 por milhão de BTU, considerando-se apenas a molécula. Esse valor vai a US\$ 12 ou US\$ 13 se considerados outros gastos, como transportes.

Caso esse preço caia para cerca de US\$ 4 a US\$ 4,50 o milhão de BTU, os primeiros investimentos do setor, que enfrenta uma paralisação de novos projetos, podem começar a ser anunciados, já que há melhora de competitividade em relação aos US\$ 3 pagos pelos concorrentes nos EUA. "Temos agora a possibilidade de ter gás mais barato tanto para a indústria quanto para a geração de energia. Com o que se tem, é possível dar um salto na oferta de gás, assim como aconteceu nos Estados Unidos com o gás de xisto."

A indústria química é a maior consumidora de gás no país para fins energéticos. Para este ano, segundo a Abiquim, estão previstos US\$ 600 milhões em investimentos, com queda a US\$ 400 milhões em 2020 e 2021 e novo recuo, a US\$ 200 milhões, em 2022. Em 2012, o setor chegou a investir US\$ 4,8 bilhões.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: André Ramalho | Do Rio**

**Título: Ministério projeta investimento novo de R\$ 32,8 bi na área de gás**

As iniciativas previstas no programa Novo Mercado de Gás, cujas diretrizes foram anunciadas na segunda-feira, vão ajudar a destravar investimentos da ordem de R\$ 32,8 bilhões em infraestrutura de gás natural no Brasil, segundo cálculo do **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Os números incluem gasodutos, terminais de gás natural liquefeito (GNL) e unidades de processamento de gás (UPGNs). O programa se ampara, contudo, na abertura da capacidade ociosa dos gasodutos existentes.

A expectativa é que o programa beneficie petroleiras que hoje têm dificuldades para acessar o mercado consumidor, devido à verticalização da Petrobras no setor. Entre as interessadas na abertura do mercado, estão Shell, Galp e Repsol, sócias da Petrobras no pré-sal e que vendem suas produções para a estatal por preços baixos, devido à dificuldade de acesso ao mercado.

A norueguesa Equinor e a americana ExxonMobil, sócias na promissora área de Carcará, no pré-sal na Bacia de Santos, acompanham o assunto com atenção, na expectativa de conseguir escoar os grandes volumes de gás do projeto.

A ideia do governo é abrir a capacidade ociosa dos gasodutos para outras empresas, antecipando o fim da exclusividade que a Petrobras ainda detém em gasodutos de transporte e de escoamento, UPGNs e terminais de GNL.

O acordo previsto entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobras, para saída integral da companhia dos setores de transporte e distribuição de gás natural, promete lançar no mercado um novo pacote de oportunidades de aquisições.

A estatal ainda detém participação em quatro transportadoras e 19 distribuidoras estaduais de gás canalizado. O mais provável é que a Petrobras venda sua participação de 51% na Gaspetro (com a qual possui participação acionária nas distribuidoras), mas ainda não está claro como isso se dará. Outra opção seria a companhia optar por vender isoladamente concessionária por concessionária ou fechar pacotes com várias distribuidoras.

Em 2015, quando vendeu para a japonesa Mitsui 49% da Gaspetro, a Petrobras levantou R\$ 1,9 bilhão. Entre as potenciais candidatas às distribuidoras, estão a própria Mitsui, a Cosan (controladora da Comgás), a Naturgy (CEG e CEG Rio) e a Engie, que manifestou interesse na área de distribuição de gás.

A Petrobras possui 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG); 10% na Transportadora Associada de Gás (TAG); 10% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS); e 25% na Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB).

Nos casos da TAG e NTS, a expectativa é que a estatal venda suas fatias remanescentes para as empresas que adquiriram o controle das companhias nos últimos anos: a francesa Engie e a canadense Brookfield, respectivamente.

O "choque de energia barata" com redução de 40% nos preços do gás natural para o consumidor em três anos dependerá, no fim das contas, da dinâmica do mercado. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o preço da molécula (o gás em si) representa 46% do custo final do gás para a indústria. O restante vem dos impostos (24%), das margens da distribuição (17%) e do transporte (13%).

Os números mostram, portanto, que o caminho para a redução substancial do preço do gás passa, necessariamente, pelo barateamento dos preços dos produtores, que são livres e não estão dentro da alçada direta do governo.

O preço da molécula é livre. O único componente que cabe diretamente ao governo é administrar os impostos. O plano de abertura do mercado, portanto, passa pela criação de condições para diversificar a oferta de gás.

No setor de distribuição, a ideia do governo federal é convencer os Estados a adotarem regras mais favoráveis à abertura do mercado livre, em troca da liberação de recursos da União para auxiliar na situação fiscal deles. As margens de distribuição, no entanto, representam apenas 17% do preço final do gás e não seriam suficientes, sozinhas, para garantir a queda dos preços pretendida pelo governo.

Questionada pela reportagem sobre o anúncio do CNPE, a Petrobras não se manifestou sobre o assunto. **(Colaborou Rodrigo Polito)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito e Alessandra Saraiva | Do Rio

**Título:** Carga de energia aumenta 4,9% em maio, aponta ONS

A carga de energia, formada pelo consumo mais perdas na rede, no Sistema Interligado Nacional (SIN) somou 66.985 megawatts (MW) médios em maio, com crescimento de 4,9%, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com dados divulgados ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na comparação com abril deste ano, a carga recuou 2,5%. E, no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em maio, a carga aumentou 2,4% ante igual período anterior.

Em boletim sobre o desempenho do sistema elétrico em maio, o operador explicou que, apesar do baixo dinamismo da atividade econômica, a carga de energia foi afetada positivamente pelo maior número de dias úteis e a ocorrência de temperaturas mais elevadas em maio, em relação a igual período do ano passado. Além disso, em maio de 2018, ocorreu a greve dos caminhoneiros, com efeito no desempenho econômico.

O Norte do país registrou o maior crescimento em maio, ante igual período de 2018, de 6,2%, totalizando 5.608 MW médios. Segundo o ONS, o crescimento expressivo foi motivado, além dos fatores já mencionados, pela retomada de operação de um grande consumidor livre de energia.

No Nordeste, a carga cresceu 5,6% em maio, na comparação anual, totalizando 11.092 MW médios. Segundo o ONS, o aumento também decorre do maior número de dias úteis em relação a maio de 2018 e pela ocorrência de temperaturas superiores às verificadas em igual período do ano anterior.

Os motivos foram os mesmos para o crescimento de 4,7% da carga no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país. As duas regiões somaram 39.086 MW médios em maio deste ano.

Com relação a abril, houve uma queda de 3,3% da carga. O operador, no entanto, não informou as razões para o recuo. Já na região Sul, a carga alcançou 11.198 MW médios em maio, com alta de 4,3% em relação a igual período do ano passado. Ante abril, o resultado foi uma queda também de 4,3%.

"Cabe destacar que o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei-RS), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), registrou queda de 3,2 pontos, passando de 60,9 para 57,7 pontos", diz o ONS em documento. "Essa foi a quarta redução consecutiva (9,4 pontos no total) atingindo o menor nível desde novembro/18. Todos os indicadores que compõem o Icei-RS caíram em relação a abril e estão, em maio de 2019, em seu menor nível desde outubro de 2018."

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Fabio Graner | De Brasília**

**Título: Governo estuda juntar repasses para estimular a adesão dos Estados**

O governo estuda juntar em um pacote só transferências que todo ano faz aos Estados relativas ao Fundo de Compensação das Exportações (FEX) e da Lei Kandir e adicionar cerca de R\$ 2 bilhões extras do Fundo Social do Pré-Sal para induzir os entes a adotar algumas medidas, entre elas a abertura do mercado de gás e a melhoria de indicadores de educação e saúde.

Os valores ainda não estão totalmente definidos e podem ser alterados, mas a intenção inicial era que esse conjunto de transferências que sairá do Fundo Social ficasse próximo de R\$ 6 bilhões, se o chamado "Plano Waldery", referência ao secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, avançar no governo.

O nome oficial é Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE), que se somaria ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF, conhecido como Plano Mansueto), que visa a socorrer os Estados com dificuldades, no esforço para melhoria do quadro fiscal desses entes da federação.



Todo ano, o governo trava uma briga com o Congresso para repassar recursos aos Estados por conta da desoneração das exportações. Em alguns anos, esses repasses chegaram a R\$ 3,9 bilhões (R\$ 1,95 bilhão de FEX e o mesmo valor a título de compensação da Lei Kandir, que desonerou de ICMS os bens exportados).

A ideia da equipe econômica é aproveitar a discussão da abertura do mercado de gás, que pretende acabar com o monopólio da Petrobras, anunciada oficialmente na segunda-feira, para encerrar essa disputa anual. Ao mesmo tempo, pretende reforçar o caixa dos governos regionais, que sofrem com problemas fiscais graves e estimular a desestatização das empresas de gás pelos entes federativos, fomentando a maior competição nesse setor.

O Ministério da Economia não se pronuncia oficialmente sobre essa questão de como se processará a transferência aos entes da federação. A ideia nos bastidores é esperar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) terminar as negociações com a Petrobras para um termo de ajustamento de conduta para quebrar o monopólio dela no mercado. Só depois disso que se pretende anunciar essa etapa do plano, que vem sendo desenhada há meses, desde a transição de governo, logo após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições.

Os recursos adicionais à lei Kandir e ao FEX que o governo pretende repassar aos Estados por meio do Fundo Social estarão vinculados a direcionamento e metas de desempenho. Ou seja, receberão mais dinheiro aqueles Estados que obtiverem melhores resultados em critérios definidos para saúde, educação e outros que ainda estavam sendo estabelecidos, além das medidas para desestatizar o setor de gás e melhorar sua regulação em nível estadual, outro problema identificado pelos técnicos.

A ideia inicial era que esse adicional destinado a essas áreas estivesse dentro dos cerca de R\$ 2 bilhões que serão somados aos recursos fixos do FEX e da Lei Kandir a serem incorporados ao programa de transferência. Não está claro se essa parcela fixa, que hoje se fala em quase R\$ 4 bilhões, também estaria vinculada às medidas para o setor de gás, entre outras metas que podem ser definidas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 26/06/2019**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Curtas

### Energia nos EUA

Pela primeira vez fontes renováveis superaram o carvão na geração de energia elétrica nos EUA. Em abril, a combinação de geração hidrelétrica, solar e eólica produziu 68 milhões de MW/hora, acima dos 60 milhões produzidos pela geração a carvão, num sinal importante de transição energética na maior economia mundial.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 26/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

### Cade vê compra da Ferrous

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) marcou o julgamento da compra da Ferrous pela Vale para hoje depois de a Superintendência-Geral ter concluído um parecer pela aprovação desse negócio no mercado de minério de ferro, em Minas Gerais. Essa posição foi tomada pelo relator do caso no Cade, o conselheiro João Paulo de Resende, que admitiu um recurso da Porto Sudeste contra a compra da Ferrous. O superintendente-geral, Alexandre Cordeiro Macedo, deu aval para esse negócio, no início de junho, destacando que a Vale não teria a possibilidade de fechar o mercado portuário para produtos de minério de ferro na região Sudeste. Ele identificou que mesmo diante da compra da Ferrous existem outras opções de escoamento dos produtos, o que não dificultaria as demais empresas e nem elevaria os preços.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 26/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Sem linhão, Boa Vista fica inadimplente

A Boa Vista Energia, distribuidora de energia de Roraima que foi privatizada recentemente pela Eletrobras, está sofrendo ações por inadimplência pela compra de uma energia que nunca recebeu. O motivo da situação inusitada da concessionária é o atraso da linha de transmissão que vai conectar Roraima ao restante do país, que deveria ter entrado em operação em 2015 mas nunca saiu do papel.

A solução, que ainda depende de uma decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), deve passar pelo rateio de toda a energia contratada pela distribuidora entre as demais concessionárias do país, de forma proporcional ao volume de energia consumida por cada uma.

Com a perspectiva de interligação a Manaus, a concessionária Boa Vista fez compras de energia em leilões, seguindo as regras da Aneel. Como a linha de transmissão não foi construída, a energia nunca chegou ao Estado, que segue dependendo da Venezuela e de termelétricas caras, cujos custos também são suportados pelo caixa da distribuidora.

A energia contratada pela Boa Vista por meio de leilões se transformou em "sobrecontratação involuntária". Conforme os contratos passaram a valer, a distribuidora começou a vender essa sobra mensalmente no mercado à vista de energia, pela qual recebe o preço de liquidação das diferenças (PLD). O problema é que o PLD do Norte costuma ficar mais baixo que o do restante do país durante boa parte do ano, e a energia comprada por meio de leilões vem de outras regiões, como Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Essa diferença se transforma em um ativo regulatório, que só é ressarcido ao caixa da empresa no reajuste tarifário.

Mesmo quando a diferença não é negativa e a Boa Vista fica com posição credora no mercado à vista de energia, as liminares relacionadas ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) limitam a adimplência percebida a menos de 10%.

A distribuidora de Roraima tentou mitigar a situação devolvendo parte dos contratos de compra de energia por meio de mecanismos que transferem essa energia para outros consumidores ou para o mercado livre. Assim, a energia comprada e nunca consumida diminuiu, chegando a ser zerada em alguns momentos. Quando a distribuidora era administrada pela Eletrobras, a estatal ficava com parte do prejuízo até as revisões tarifárias, mas pedidos de

regularização da situação vêm sendo feitos desde 2016 pela distribuidora à Aneel.

Segundo uma nota técnica da Aneel ao qual o **Valor** teve acesso, a preferência do regulador se dava pelo uso de mecanismos de gestão contratual para que a energia não fosse descontratada de forma permanente pela Boa Vista. Assim, quando a linha de transmissão estiver concluída e a distribuidora for conectada ao restante do país, os consumidores da região poderão se apropriar da modicidade tarifária decorrente da manutenção desse portfólio, que tem preços mais baixos no longo prazo.

No fim do ano passado, a distribuidora foi privatizada e arrematada pelo grupo local Oliveira Energia. Considerando os custos elevados para compra de óleo diesel para geração do parque termelétrico local, contudo, a empresa ficou sem caixa para fazer frente à exposição na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Na última semana, os problemas de caixa fizeram com que a companhia deixasse de pagar cerca de R\$ 13 milhões em exposição ao mercado de curto prazo. Isso motivou a abertura de um processo de desligamento na CCEE.

No início do mês, a distribuidora já havia obtido uma liminar na 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal para impedir cobranças no mercado de curto prazo de energia e qualquer tipo de ação sancionadora. Assim, o processo sancionador da CCEE não deve avançar, o que poderia inviabilizar a atividade da distribuidora de energia ao impedi-la de receber recursos subsidiados necessários para o custeio das termelétricas que hoje abastecem Roraima.

Ao mesmo tempo, o pleito da distribuidora na Aneel também avançou. A companhia tinha pedido ao regulador o cancelamento dos contratos de compra de energia firmados em leilão. "A não construção da linha de transmissão que interligaria o Estado de Roraima até o ano de 2015 gerou uma espiral negativa praticamente infundável para a distribuidora", disse a distribuidora em um alerta feito à Aneel no início do mês.

O **Valor** apurou que a área técnica do regulador propôs uma solução na qual a energia contratada será rateada entre as demais distribuidoras de todo o país. A ideia seria alocar essa energia no portfólio das distribuidoras na forma de "cota" até que Roraima seja interligada ao restante do país por meio do linhão que vai até Manaus. Ainda que isso eleve a contratação das demais distribuidoras, seria

uma solução imediata e definitiva para a questão das sobras e com menor impacto no consumidor final.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo

**Título:** Restrição à produção de aço na China pesa no minério

O preço do minério de ferro ampliou as perdas no mercado transoceânico ontem, ainda refletindo as restrições à produção de aço na cidade chinesa de Tangshan com a adoção de novas medidas, anunciadas pelo governo local, para controlar os níveis de poluição. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 2%, ou US\$ 2,31, para US\$ 114,46 por tonelada.

Apesar do desempenho negativo, em maio, a commodity exibe valorização de 12,7% no mercado à vista. Em 2019, o ganho acumulado chega a 57%.

Os cortes na produção de aço na China levaram os contratos a subir no mercado futuro, embora não haja expectativa de falta de produto siderúrgico por causa das restrições ambientais. Já o contrato mais líquido de minério com entrega em setembro encerrou o dia na Bolsa de Commodity de Dalian com baixa de 15 yuans, para 798,50 yuans.

Em nota a clientes, o chefe de pesquisa do banco suíço Julius Baer, Carsten Menke, destacou que a recente desvalorização reflete as notícias de cortes contínuos de capacidade no principal polo produtor de aço da China, reduzindo a demanda das usinas por minério de ferro. Além disso, para o especialista, o cenário de restrição de oferta de minério desenhado após o desastre da Vale em Brumadinho (MG) já está refletido nos preços da commodity.

"Embora o mercado de minério de ferro permaneça apertado e as incertezas relacionadas ao ambiente jurídico brasileiro [e eventuais novas medidas contra a Vale sejam elevadas, acreditamos que isso já está refletido nos preços]", diz o analista.

Ele acrescenta que o movimento que levou os preços do minério de volta aos US\$ 110 por tonelada mostram que o mercado se apegou mais à revisão para baixo de produção da Rio Tinto do que na previsão da Vale de retomada de 100% das operações em Brucutu (MG), ambas anunciadas na semana passada.

O Julius Baer reiterou a recomendação neutra para o minério de ferro, mas elevou para US\$ 95 por tonelada o preço-alvo em três meses, de US\$ 85 por

tonelada anteriormente. Para 12 meses, o preço-alvo foi mantido em US\$ 75 por tonelada, refletindo a expectativa de recuperação da produção no Brasil e de arrefecimento da demanda na China.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Zilor tem prejuízo e equaciona dívidas

Como muitas empresas sucroalcooleiras, a Zilor, que tem três usinas no interior paulista, fez ajustes dentro de casa no ciclo passado para lidar com as adversidades do clima seco e dos baixos preços. Ante a queda de receita e a elevação de custos, que resultaram em mais uma safra de prejuízo, a companhia fez uma reorganização patrimonial e iniciou uma reestruturação financeira que envolveu o alongamento de R\$ 1,12 bilhão em dívidas e cuja etapa final acaba de ser concluída.

Na sexta-feira, a Zilor acertou com um sindicato formado por quatro bancos (Itaú, Rabobank, BTG e Banco do Brasil) um empréstimo de R\$ 560 milhões, que permitiu a quitação de vencimentos de curto prazo e o alongamento de outros. Se antes a companhia tinha uma pressão sobre seu caixa de R\$ 800 milhões em dívidas de curto prazo, agora tem carência de dois anos para empréstimos com esses bancos.

No fim da safra 2018/19, a companhia já havia acertado com os mesmos bancos a emissão de debêntures, também no valor de R\$ 560 milhões, que tiveram a mesma função de alongar os prazos. Os títulos, não conversíveis, terão vencimento a partir de 2021 e até 2025, e terão pagamento semestral.

As operações melhoram a liquidez, que se tornou um problema no balanço final da última safra, quando a Zilor descumpriu uma cláusula ("covenant") com o Itaú. "Em dezembro já tínhamos sinalizado esse comportamento, e que precisávamos reorganizar a estrutura de capital", disse Fabiano Zillo, presidente da companhia, ao **Valor**. Com a emissão das debêntures, a Zilor reconfigurou suas cláusulas, incluindo uma previsão de que os acionistas atrelassem a distribuição de dividendos com base no índice de liquidez.

Nesta safra, a companhia não distribuirá dividendos, já que encerrou o ciclo 2018/19 com prejuízo de R\$ 8,3 milhões. Embora siga no vermelho, o prejuízo da safra anterior foi de R\$ 43 milhões.

Colaborou para o resultado a injeção de R\$ 77,8 milhões do repasse do precatório do IAA pela Copersucar (líquido de despesas e impostos). A receita

líquida da Zilor caiu 3%, para R\$ 1,895 bilhão, diante da menor venda de açúcar. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cedeu 20%, para R\$ 374 milhões.

Já a Biorigin, negócio de ingredientes naturais para a alimentação humana e animal controlado pela Zilor, que conta com três plantas, teve um salto de vendas com novos clientes e produtos. A receita subiu 37%, para R\$ 499,2 milhões, superando a do açúcar (R\$ 401 milhões).

A reestruturação financeira ainda não terminou. A Zilor realiza agora uma operação no mercado de capitais que pode ser realizada ao longo deste ano.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Finanças

**Autor:**

**Título:** Destaques

### Oferta da BR Distribuidora

A oferta de ações da BR Distribuidora deve ser precificada no dia 24 de julho, conforme o cronograma inicial discutido pelo acionista vendedor, a Petrobras, e os bancos coordenadores, apurou o **Valor**. Como a oferta ainda não foi oficialmente lançada, com o respectivo prospecto, pode haver algum ajuste fino no cronograma, conforme uma fonte. A Petrobras detém 71,25% da distribuidora. Até o início da semana que vem a petrolífera toma a decisão final sobre o percentual de ações que vai lançar - a estimativa atual está em torno de 35% do capital. Nesse percentual, ao preço atual, a oferta movimentaria R\$ 9,9 bilhões. Os bancos coordenadores são J.P. Morgan, Itaú BBA, Citi, Bank of America, Credit Suisse e Santander. **(Maria Luíza Filgueiras)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Finanças

**Autor:** Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

**Título:** Portaria libera a emissão de debênture incentivada por usina

O **Ministério de Minas e Energia** publicou no último dia 17 uma portaria que dá oportunidade para usinas de açúcar e etanol emitirem debêntures incentivadas de infraestrutura. O texto inclui "estocagem e produção de biocombustíveis" como elegíveis para a emissão desses papéis, se considerados como projetos

prioritários. E inclui, ainda, projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Bruno Tuca, sócio da área de mercado de capitais do Mattos Filho Advogados, acredita que a redação é ampla e permitirá que vários tipos de projetos sejam submetidos à avaliação do ministério. Ele destaca ainda que a portaria atende à demanda antiga do agronegócio e cita que agora há possibilidade de as usinas lançarem esses papéis para financiarem a renovação e manutenção de canaviais, atividades que exigem alto investimento.

Como não tinham sido incluídos nos negócios elegíveis para a emissão das debêntures incentivadas de infraestrutura, as usinas costumavam recorrer a emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Algumas operações ficaram conhecidas no mercado como "crabêntures": em vez de empacotar seus recebíveis para vender aos investidores, as empresas emitiam uma debênture para uma securitizadora distribuir os papéis no mercado.

A demanda por esses títulos, tanto as debêntures de infraestrutura quanto os CRAs, é grande por parte da pessoa física porque ela conta com a isenção fiscal para ficar com os papéis.

Tuca diz que algumas empresas continuarão emitindo os CRAs, mas principalmente as empresas abertas e de maior porte poderão acessar o mercado diretamente. O sócio do Mattos Filho vê a medida como mais uma iniciativa do governo para aumentar o financiamento do setor, também ligado às necessidades que deverão ser geradas pelo RenovaBio, programa do governo que busca uma estratégia conjunta para reconhecer o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira. Dentro desses esforços, o advogado ainda cita a possibilidade de conferir mais incentivos e celeridade para as emissões de papéis com o chamado "selo verde", também ligado ao agronegócio.

De 2017 para 2018, a emissão de debêntures de infraestrutura cresceram 163%, para R\$ 23,9 bilhões. Neste ano até maio, elas somam R\$ 9,1 bilhões. A maior parte (ou 58%) são para projetos do setor de energia.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Finanças

**Autor:** Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

**Título:** Caixa consegue captar R\$ 7,3 bi com venda de ações da Petrobras



A oferta de ações ("follow-on") da Petrobras foi precificada a R\$ 30,25 por ação ordinária, conforme antecipou ontem o **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**. Houve desconto sobre o preço de fechamento de ontem, de R\$ 30,70, mas um patamar melhor do que quando a oferta foi lançada - a ação estava a R\$ 29,85.

A oferta era secundária, com venda de ações detidas pela Caixa. O banco estatal vendeu 241.340.371 ações ordinárias que detinha, captando R\$ 7,3 bilhões. A Caixa usará os recursos para pagar recursos que tinha tomado do Tesouro no passado.

Na oferta, a demanda de varejo foi alta, assim como a de investidores institucionais, conforme duas fontes. Até o fechamento desta edição, os bancos coordenadores ainda não tinham concluído a alocação das ações conforme as reservas, que chegaram a cerca de três vezes a oferta. A Caixa montou uma estrutura de varejo para atrair os investidores individuais, principalmente por meio de fundos de ações específicos para a oferta. A intenção era chegar a até 24% do volume total para o varejo.

Nessa operação, a Caixa também fica com parte das comissões dos bancos de investimento, já que liderou a coordenação. As comissões totais são de 1,35% do volume total da oferta, sendo 0,20% apenas de coordenação. O montante é dividido em diferentes percentuais entre Caixa, UBS, Morgan Stanley, Bank of America e XP Investimentos.

O banco estatal tem aproveitado seu plano de desinvestimentos para avançar na atuação como banco de investimento também, área historicamente irrelevante para a Caixa. Para se ter uma ideia, o prospecto da oferta apontava que a Caixa participou de um volume total de R\$ 2,5 bilhões em operações de renda variável nos últimos cinco anos. Mas isso é apenas a operação de venda das ações que ela detinha na resseguradora IRB, feita em fevereiro deste ano, no montante de R\$ 2,5 bilhões. Com essa operação da Petrobras, sobe para R\$ 9,8 bilhões.

"Com a estrutura de banco, não faz sentido a Caixa deixar toda a comissão na mesa, já que como acionista vendedora tem que participar de todos os processos ativamente", diz um banqueiro que participa de operações da Caixa.

Com mais dois "follow-ons" (das ações que o banco tem na Alupar e no Banco do Brasil) a caminho e dois IPOs previstos para este ano (Caixa Seguridade e possivelmente Cartões), a Caixa vai figurar entre as maiores receitas de banco

de investimento em renda variável no ano, pela primeira vez na história - adicionado alguns milhões de reais de receita a seu negócio.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Juliana Schincariol | Do Rio**

**Título: CVM volta a multar Eike, desta vez em R\$ 550 mil, em casos de OXG e OSX**

Depois de ter determinado a Eike Batista a maior multa individual aplicada em sua história - superior a R\$ 500 milhões -, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) voltou a autuar o empresário em mais R\$ 550 mil. A autarquia concluiu ontem três julgamentos que havia iniciado no fim de maio e foram suspensos depois do pedido de vistas do presidente do regulador, Marcelo Barbosa.

Além de Eike, os casos envolvem também ex-administradores da petroleira OGX (atual Dommo) e da empresa de construção naval OSX. No total, as multas aplicadas no julgamento de ontem somaram R\$ 2,3 milhões. Os acusados poderão recorrer da decisão ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Eike foi condenado em dois dos três processos e foi absolvido das acusações em um deles. Barbosa havia discordado em alguns pontos dos votos diretor relator Henrique Machado, mas foi vencido em todos os casos. Os diretores Flávia Perlingeiro, Gustavo Gonzalez e Carlos Rebello acompanharam Machado.

A multa mais alta aplicada a Eike ontem foi de R\$ 350 mil, em caso que analisou se houve omissão de informações relevantes para compreensão da situação financeira e patrimonial da petroleira OGX nas demonstrações financeiras. O entendimento do relator, em consonância com a acusação, foi de que administração da OGX tinha conhecimento do alto risco de inviabilidade econômica dos campos em reunião do Grupo de Trabalho e a diretoria executiva da OGX em 24 de setembro de 2012. Essa inviabilidade dos campos só foi divulgada ao mercado em julho de 2013, o que culminou na derrocada do grupo X.

Haveria assim a necessidade de registrar a redução ao valor recuperável no terceiro trimestre de 2012, ou, no mínimo, a necessidade de divulgação, em notas explicativas, das incertezas relevantes quanto à viabilidade econômica da exploração dos campos. O ex-diretor financeiro e de relações com investidores, Paulo Monteiro deverá pagar R\$ 500 mil ao regulador. Para o então presidente da companhia, Luiz Carneiro, a multa aplicada foi de R\$ 400 mil.

Carneiro e Monteiro também receberam multas de R\$ 300 mil, cada um, no julgamento que analisou se foram divulgados fatos relevantes como instrumento para manipular as ações da OGX. A defesa dos dois executivos não comentou a decisão. O advogado de Eike disse que vai recorrer da decisão da CVM. O caso também investigou se houve divulgação de informações ao mercado induzindo investidores a erro. Neste item, houve absolvição de Eike e outros.

Em outro processo, Eike foi multado em R\$ 200 mil e Carneiro em R\$ 250 mil. Ambos foram acusados enquanto conselheiros da OSX. O caso analisou se foram adotadas providências para que as demonstrações financeiras da empresa de construção naval evidenciassem informações relevantes para compreensão da situação financeira e patrimonial, que fechou 2013 com prejuízo de mais de R\$ 2 bilhões.

Em novembro daquele ano, a OSX entrou com pedido de recuperação judicial. Em maio, dois casos haviam sido concluídos. Em um deles, foi multado em R\$ 536,5 milhões por uso de informação privilegiada com ações da OGX. Eike também foi inabilitado por sete anos por manipular preços.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: Anne Warth / BRASÍLIA**

**Título: Preço do gás não cai por decreto, afirma ministro**

**O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque,** disse que o governo não vai baixar o preço do gás "por decreto". Segundo ele, as medidas do programa Novo Mercado de Gás não serão impostas, mas negociadas entre as partes envolvidas. O plano prevê a abertura do mercado de gás e a saída da participação da Petrobrás do mercado de gasodutos e distribuidoras. Também prevê incentivo financeiro a Estados que aceitarem privatizar suas empresas.

A Abegás, que representa as distribuidoras, comparou o incentivo à privatização de distribuidoras a um "toma lá dá cá". "Não é por decreto que vamos baixar o preço do gás. Temos exemplos de quando tentamos fazer isso e não deu certo", disse ontem, em audiência pública conjunta nas comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional do Senado. As diretrizes do plano foram apresentadas na segunda-feira pelo governo.

Entre as medidas está um acordo entre a Petrobrás e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para encerrar um processo administrativo que apura condutas anticompetitivas da companhia e que poderia render multas

bilionárias à estatal. A Petrobrás terá de sair do mercado de gasodutos, dar acesso às suas estruturas para concorrentes e vender sua fatia nas distribuidoras estaduais.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

**Título:** Goiás deve privatizar elétrica ainda este ano, afirma Caiado

Governador diz também que abrirá capital de empresa de saneamento; medidas são para adesão a plano de socorro federal

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse ontem que pretende privatizar a Celg GT (braço de geração e transmissão da estatal) ainda este ano e abrir em Bolsa o capital da empresa de saneamento Saneago, no próximo ano. A venda dessas empresas é condição para que o Estado faça adesão ao plano de socorro do governo federal, chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O RRF permite a suspensão dos pagamentos da dívida estadual com a União por até três anos, em troca de medidas de ajuste fiscal.

O regime foi aprovado em julho de 2017 pelo Congresso, mas o único Estado que conseguiu atender aos requisitos do programa foi o Rio de Janeiro, que formalizou a adesão em setembro do mesmo ano. "A Celg GT está sendo remodelada para que, tão logo tenhamos as condições, possamos privatizá-la", afirmou Caiado, após audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o panorama fiscal da União e dos Estados. Já o processo de abertura do capital da Saneago deve levar mais tempo porque a empresa foi alvo recentemente de três operações da Polícia Federal. "A Saneago não pode ser vendida no "fim da feira", disse Caiado.

"A empresa foi vítima de corrupção e queremos antes resgatar a sua credibilidade." Decisão. Na semana passada, uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes determinou que o Tesouro Nacional autorize a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, desde que o governo estadual conclua, nos próximos seis meses, a aprovação de um plano de ajuste fiscal com a Assembleia Legislativa goiana. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse acreditar que o governo goiano consiga aprovar até o fim do ano as leis necessárias para que Goiás faça a adesão ao RRF.

Despesas. "A liminar diz que Goiás cumpre os requisitos para solicitar a entrada no RRF", afirmou Mansueto. "Agora cabe ao governo do Estado aprovar as leis

com o plano de controle de despesas, a venda de estatais e a redução de benefícios do ICMS." Caiado disse que a "asfixia" financeira do Estado faz com que o governo goiano dependa não apenas da aprovação da reforma da Previdência – com abrangência que inclua os servidores estaduais –, mas de outras ações da União. "Não é querer transferir os problemas do Estado para a União, mas tentar achar uma solução conjunta", afirmou. "Não posso ser penalizado por situações anteriores que não tiveram a ver com esse governo."

O governador disse que assumiu o Estado com apenas R\$ 11 milhões em caixa e rombo fiscal de R\$ 6,1 bilhões. Além disso, por ter nota de risco de crédito C no Tesouro Nacional, Goiás não tem acesso a empréstimos com o aval da União. "Já tomei posse descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e encaminhei à Assembleia Legislativa uma declaração de calamidade financeira", disse. Segundo Caiado, o gasto com pessoal em Goiás responde por 64,5% das receitas estaduais, acima do limite de 50% da receita corrente líquida, permitido pela LRF.

Além disso, ainda de acordo com ele, governadores anteriores do Estado não teriam cumprido os mínimos constitucionais com Saúde e Educação, também cabendo a ele readequar esses gastos. "Não é justo que as regras da LRF sejam tão duras para quem assume um mandato e tão flexíveis para aqueles que realmente praticaram o descumprimento da lei", afirmou. "Passei a ser herdeiro de crimes."

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:**

**Título:** ONU critica Bolsonaro por defender mineração na Amazônia

Relatório das Nações Unidas aponta riscos de medidas do governo brasileiro no combate às mudanças climáticas

Relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) citou o Brasil como exemplo de nação que tem tomado medidas no sentido oposto ao necessário para enfrentar as mudanças climáticas. A promessa do governo Jair Bolsonaro de liberar partes da Amazônia para mineração, a restrição a demarcar terras indígenas e o enfraquecimento das proteções e agências ambientais são alvo de críticas.

O documento, assinado pelo relator sobre pobreza extrema do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Philip Alston, tem foco nos efeitos do aquecimento global principalmente sobre a parcela da população que já é mais vulnerável. O

mundo está caminhando para um "apartheid climático", onde os ricos compram saídas para os piores efeitos do aquecimento global enquanto os pobres têm de suportar o peso, diz o relatório. Ainda em 2018, o Brasil anunciou ter desistido de ser sede da Conferência do Clima da ONU neste ano.

A justificativa oficial foi a falta de verba para receber o evento, mas Bolsonaro sempre foi crítico de discussões sobre o aquecimento global. O documento diz que as empresas têm papel vital nas questões da mudança climática, mas não podem ser confiadas a observar as condições dos mais pobres. "Uma dependência excessiva do setor privado poderia levar a um cenário de apartheid climático em que os ricos pagam para escapar de superaquecimento, fome e conflitos, enquanto o resto do mundo é deixado a sofrer", escreveu.

O relatório criticou governos – incluindo Estados Unidos e China – por fazer pouco mais que enviar representantes para conferências para discursar, apesar de cientistas e ativistas estarem realizando alertas desde os anos 1970. Só os Estados Unidos sofreram, desde a década de 1980, 241 desastres climáticos, o que custou mais de US\$ 1 bilhão.

Governo. Procurada pelo Estado, a Presidência da República disse que não iria se manifestar sobre o relatório. Já o Ministério do Meio Ambiente não se posicionou até as 22h45 de ontem. /COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Vinicius Neder/RIO

**Título:** Multas aplicadas a Eike somam R\$ 560 mi

No total, 17 processos sobre diversas empresas do extinto grupo EBX já foram julgados pela CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado financeiro, multou ontem o empresário Eike Batista em mais R\$ 550 mil, em dois processos. Com isso, subiu para R\$ 559,5 milhões o total de multas já aplicadas pela xerife do mercado a Eike, que já foi o homem mais rico do País e protagonizou uma das maiores derrocadas empresariais da história. Eike ainda pode recorrer ao Conselhinho, como o mercado chama o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, segunda instância das decisões administrativas da CVM.

Em maio, o empresário já havia sido multado em R\$ 536,5 milhões, na maior multa individual já aplicada pela CVM, por uso de informação privilegiada com ações da antiga petroleira OGX, rebatizada como Dommo Energia. No

julgamento de maio, Eike também foi proibido de atuar como administrador ou conselheiro de companhia aberta por sete anos, por manipulação de preços.

Ontem, a CVM concluiu o julgamento de mais três processos, suspensos após o presidente do órgão, Marcelo Barbosa, pedir vistas durante o julgamento de maio. Eike foi absolvido em um e condenado em dois. No total, já foram julgados 17 processos da CVM sobre diversas empresas do antigo Grupo EBX, desde março de 2015. Mais dois processos ainda serão julgados – um, sobre a mineradora MMX e outro, sobre a OGPar, nome que a OGX viria a adquirir. Os processos julgados ontem envolviam a OGX e a OSX, braço de logística e estaleiro do grupo X.

Um dos processos apurou a responsabilidade de ex-membros do conselho da OGX por não terem tomado as providências para que o balanço do primeiro trimestre de 2013 trouxesse informações completas sobre a viabilidade econômica dos projetos de exploração da companhia. Nesse caso, Eike foi multado em R\$ 350 mil. O ex-presidente Luiz Eduardo Guimarães Carneiro e o ex-diretor de relações com investidores Roberto Bernardes Monteiro foram multados, cada um, em R\$ 400 mil e R\$ 500 mil, respectivamente.

Em outro processo, envolvendo a divulgação das demonstrações financeiras da OSX, que era contratada pela OGX para construir e operar sondas e plataformas de exploração de petróleo e gás, Eike foi multado em mais R\$ 200 mil. Nesse caso, Carneiro, que além de presidente da OGX era membro do conselho da OSX, foi multado em R\$ 250 mil.

No terceiro processo julgado ontem, Carneiro e Monteiro foram multado em R\$ 300 mil cada. Para a maioria dos diretores da CVM, Monteiro faltou com o dever de diligência ao divulgar um fato relevante, sem mencionar adequadamente estimativas de volumes de petróleo nos reservatórios sob concessão da OGX. Já Carneiro faltou com o dever de diligência por concordar com a divulgação do fato relevante. Eike foi absolvido nesse caso.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Julio Wiziack, Fábio Pupo e Nicola Pamplona

**Título:** Petrobras negocia com Cade sua saída do transporte e da distribuição de gás

Acordo é pivô do processo de abertura do mercado, com o qual governo quer derrubar preços



BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO - A Petrobras negocia com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a venda de todas a sua participação nas empresas estaduais de gás e os 10% remanescentes na NTS (Nova Transportadora do Sudeste) e na TAG.

Essa negociação é o pivô do processo de abertura do mercado de gás, com o qual o governo estima atrair investimentos de até R\$ 32,8 bilhões em novos gasodutos e terminais e derrubar o preço em até 40% para estimular a indústria.

Segundo pessoas que participam das negociações, a pre-visão era que o acordo tivesse sido fechado nesta terça-feira (25). No entanto, só deve ser avaliado na próxima reunião do conselho do Cade.

Os últimos detalhes ainda estavam sendo acertados e, por isso, não foi possível submetê-lo ao conselho.

As negociações ganharam força desde que o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, aceitou vender os ativos da estatal em troca do congelamento de um processo sancionador pelo Cade.

Nele, a Petrobras é investigada por abuso de poder na oferta de gás ao mercado. Se os termos finais do acordo não forem cumpridos, esse processo irá a julgamento e a empresa poderá ser punida com o pagamento de uma multa bilionária.

Essa foi a mesma fórmula utilizada pelo Cade para forçar a Petrobras a vender refinarias e, assim, abrir mão de quase metade do mercado de refino. Esse acordo foi assinado pelo Cade há duas semanas.

Para repetir a estratégia e forçar a abertura do mercado de gás, o presidente da autarquia, Alexandre Barreto, e o superintendente, Alexandre Cordeiro, tiveram reuniões neste ano com representantes do governo, como o ministro Paulo Guedes (Economia).

Embora seja protagonista, o Cade negociou com a Petrobras tendo como respaldo um plano de governo. As diretrizes do acordo constam em uma resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética). A Folha teve acesso ao documento.

Entre as medidas previstas, a resolução impõe à Petrobras sua retirada do segmento de transporte e distribuição; a atuação de terceiros nos dutos de transporte (que conectam os campos de produção ao continente) e a remoção de barreiras para que os próprios agentes produtores comercializem o gás que produzem.



Apesar de as conversas da Petrobras com o comando do Cade ocorrerem há meses, os conselheiros ainda não tinham recebido os termos do acordo para análise às vésperas do julgamento, deixando pouco tempo para análise.

Normalmente, os documentos ficam disponíveis para os conselheiros antes de o processo entrar na pauta de votação do plenário (que é divulgada quase uma semana antes).

Entre os integrantes, há a visão de que o trâmite do caso foi acelerado para ser julgado enquanto houvesse quórum para as deliberações.

Dois conselheiros deixarão o Cade em julho sem que seus substitutos tenham sido sabatinados pelo Senado.

Por isso, o presidente do Cade tenta acelerar o processo para ser possível votar o acordo na próxima semana. O governo já contava com a vitória do Cade nos últimos dias.

Guedes defendeu que o órgão deve agir a favor da concorrência. "Se existe uma política de governo para ter energia barata para o povo e a indústria, o Cade deve andar nessa direção. Se estivéssemos propondo uma fusão de três empresas, ele poderia ser contra. Mas, se estamos falando o contrário, de um mercado concorrencial, o Cade existe para isso. Se não fosse pra isso, deveríamos fechar o Cade."

Outro ponto do acordo prevê o fim da exclusividade da Petrobras nos dutos de escoamento e processamento de gás (UPGNs), unidades que recebem e tratam o combustível no continente.

Dessa rede de também faz parte um gasoduto de transporte ligando o Comperj à refinaria Duque de Caxias (RJ).

O programa lançado pelo governo tem como pilares básicos a redução da concentração na oferta, a desverticalização da cadeia e a liberação da capacidade em gasodutos de transporte para terceiros e mudanças na regulação da distribuição de gás canalizado para permitir maior competição pelos clientes.

Atualmente, embora tenha posse de 75% do gás produzido no Brasil, a Petrobras é praticamente a única vendedora, já que suas sócias no pré-sal não têm acesso à infraestrutura para escoar suas parcelas —um dos focos do programa é garantir acesso de terceiros aos gasodutos de escoamento e unidades de processamento.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 26/06/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Não é por decreto que vamos baixar preços do produto, diz ministro

BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO - Um dia após anunciar resolução que busca abrir o mercado de gás no país, **o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** afirmou que não vai ser por meio de decreto que o preço do combustível vai cair.

O ministro participou nesta terça-feira (25) de audiência pública na Comissão de Serviços de infraestrutura do Senado para apresentar aos parlamentares as ações com as quais o governo pretende acirrar a competitividade do setor de gás e baixar o preço do combustível.

As diretrizes do programa foram divulgadas na segunda (24) pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) e miram maior abertura na oferta, transporte e distribuição de gás natural.

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o preço poderia cair em torno de 40% em até três anos caso as diretrizes do governo fossem adotadas. Aos senadores Bento Albuquerque afirmou que não vai ser "por decreto" que isso vai acontecer.

"E temos exemplos clássicos e até recentes de que, quando se tentou fazer isso, o custo foi muito maior depois. A conta foi muito cara", afirmou.

A proposta lançada pelo governo tem como pilares básicos a redução da concentração na oferta, a desverticalização da cadeia e a liberação da capacidade em gasodutos de transporte para terceiros e mudanças na regulação da distribuição de gás canalizado para permitir maior competição pelos clientes.

No mercado, a proposta de quebra do monopólio da Petrobras é elogiada, mas vista como primeiro passo em busca de maior competitividade no setor. Especialistas dizem que os resultados não devem ser tão rápidos quanto espera o governo e veem risco de judicialização por parte das distribuidoras de gás canalizado.

"A expectativa de redução [do preço] depende de muita coisa e não está detalhada. Além disso, reformas estruturais, que nesse caso envolvem inclusive uma negociação política tremenda, são de médio e longo prazo", diz Helder Queiroz, ex-diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Para o advogado Luis Antonio de Souza, a medida indica a disposição do governo em aumentar a competição no setor, mas, "para quebrar o monopólio do mercado, será preciso um plano de longo prazo". Um dos pontos mais relevantes da medida, segundo ele, é a criação de incentivos econômicos para estados que adotem regulações mais amigáveis a consumidores livres e que decidam privatizar suas distribuidoras.

"A distribuição de gás é um monopólio natural. Não faz sentido ter duas distribuidoras numa mesma área", disse o presidente da Abegás (Associação Brasileira das Empresas de Gás Canalizado), Augusto Salomon. Ele alega que a separação de atividades reduz o caixa das empresas e, conseqüentemente, sua capacidade financeira para ampliar as redes para o interior.

"Se isso passar, teremos novos consumidores apenas no litoral [onde está grande parte da malha brasileira de gasodutos de transporte]", argumenta. Segundo ele, a mudança pode levar à judicialização do mercado para que empresas tentem reverter a perda de receita em suas concessões. Danielle Brant, Nicola Pamplona e Ivan Martínez-Vargas

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Após críticas, Petrobras revisa regras de bônus em licença-maternidade

Rio de Janeiro - Após pressão interna de sindicatos e funcionárias, a Petrobras revisou na semana passada sua política de remuneração variável, acusada de promover discriminação de gênero ao descontar tempo de licença-maternidade ou período de amamentação dos bônus pagos aos trabalhadores.

O programa foi criado em 2017 e está sendo implementado pela primeira vez em 2019, para distribuição do lucro de 2018. As críticas sobre discriminação de gênero começaram a surgir depois que a Petrobras disponibilizou um simulador para que os empregados calculem quanto vão receber. Empregados que passaram algum período fora em licença-maternidade ou médica perceberam valores diferentes com relação a colegas, mesmo que a avaliação de desempenho seja semelhante. Mulheres que usufruíram do abono-amamentação, que garante duas horas por dia, também reclamam perdas.

Um grupo com mais de cem trabalhadoras se mobilizou no WhatsApp para discutir a questão. Além de acusar discriminação, elas se queixam que a regra foi estabelecida "no meio do jogo", sem que as empregadas pudessem planejar suas licenças.

Os sindicatos foram acionados para questionar as regras. Em carta enviada à área de Recursos Humanos da empresa, à qual a Folha teve acesso, o Sindicato dos Petroleiros do Rio (Sindipetro-RJ) diz que o modelo pune mulheres que se afastam por gravidez.

"As mulheres deveriam ser avaliadas pelo tempo que trabalharam", diz o texto. "Caso se confirme todas essas discriminações, ressaltamos que há descumprimento do código de ética, além de ser incompatível com o selo de equidade de gênero da ONU [Organização das Nações Unidas]."

Na sexta (21), após confirmar à Folha que o programa não considerava apenas o tempo trabalhado, a companhia divulgou nota interna revendo a questão. No texto, diz que "entendeu os questionamentos sobre a não inclusão dos dias relativos à licença-paternidade ou maternidade". Nicola Pamplona

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Vinícius Torres Freire

**Título:** Um pouco de gás no otimismo

É boa ideia abrir mercado de gás, mas governo faz carnaval antes da hora

Depois de uma década de quase paralisia, o investimento na exploração de petróleo e gás pode ajudar o país a enfim crescer, além de aumentar a receita dos governos.

Caso o pré-sal vingue, haverá muito gás para entrar pelos canos.

O gás natural é o combustível fóssil mais limpo. Ainda é um mercado ridiculamente pequeno no Brasil. Pode chegar pelos canos a fogões e chuveiros; alimentar veículos, termelétricas, indústrias. Com boas leis e sorte, pode ser energia barata e um grande negócio, sobre o que o governo tem feito um carnaval antecipado e exagerado.

O assunto está em discussão pelo menos desde 2009. Rolos: 1) quem pode ser dono dos canos de gás; 2) o que e quanto pode se pedir para deixar passar o gás; 3) se haverá dinheiro para novos canos necessários.

O governo quer abrir esse negócio, o que chama de "Novo Mercado de Gás" e acaba de criar diretrizes para o setor. Não pode baixar decretos, não quer se enrolar com emenda constitucional a fim de mudar certas regras e não pode atropelar direitos da Petrobras. Quer incentivar mudanças.

A Petrobras era até faz pouco a dona das empresas dos grandes gasodutos. Vendeu boa parte delas, mas ainda tem direitos sobre o uso das grandes "rodovias" de gás, é sócia da maioria das distribuidoras estaduais (que têm as "estradas menores", que chegam até o consumidor final) e fornece o combustível

Para começar, o plano é que a petroleira abra a sua rodovia, de modo a dar a outros produtores a segurança de que vão ter como escoar seu produto a bom preço e como quiserem. O governo pressiona a Petrobras a vender o resto do que tem no transporte de gás e conta com o Cade para abrir esse mercado, na prática.

Outro problema, o governo quer acabar com o controle de empresas estaduais na distribuição. Estuda dar dinheiro do Fundo Social do Pré-Sal a estados que acabarem com o monopólio, mas não explicou bem o que quer dizer com isso.

Além do interesse dos estados, o caso é enrolado porque a criação de várias empresas de distribuição em tese não faz sentido econômico (tal como no caso de construir várias grandes rodovias para competir pelo pedágio de quem vai de São Paulo ao Rio). Só que não é bem assim.

Em Sergipe, a Celse, empresa privada, está acabando de construir uma enorme termelétrica a gás, projeto de R\$ 6 bilhões. Vai fazer seu próprio gasoduto para levar o gás de uma espécie de navio-tanque para a sua usina. A Sergás, companhia estadual de gás, quer cobrar tarifa, porque é dona do pedaço. Deu rolo, disputa legal.

Mesmo governos liberais, como o gaúcho, querem manter o monopólio da administração dos canos em uma empresa distribuidora estadual (mas liberando o direito de passagem, comércio etc.). O Rio de Janeiro está acabando com seu monopólio; as distribuidoras dizem que isso vai acabar na Justiça, bida.

Outro potencial problema: o gás precisa ser escoado das plataformas de exploração (no mar) e depois transportado pelos grandes gasodutos em terra. Fazer esses canos custa muito caro.

Vai haver interesse do capital privado de expandir os gasodutos? Pode ser que, no curto prazo, o investimento seja tão alto que não dê lucro. Mas, no longo prazo, o retorno para o país pode ser grande (caso em que governos acabam investindo ou subsidiando o investimento por algum tempo).

Há no Congresso nacional projetos que destinam dinheiro do Fundo Social do Pré-Sal para subsidiar o Brasduto ou o Dutogás.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 26/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Daniela Lima****Título: Parte do bolo**

### Painel

Os governadores vão pedir como contrapartida garantia de que medidas que ampliem seu acesso a novas receitas, como a divisão do bônus do megaleilão do pré-sal, serão aprovadas.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 26/06/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA****Título: Gás no investimento**

Queda no custo do combustível pode destravar projetos de R\$ 140 bi no Rio

O plano do governo de abrir o setor de gás natural à concorrência no Brasil, que promete reduzir os preços em até 40% em dois anos, pode destravar investimentos da ordem de R\$ 140 bilhões nos próximos cinco anos no Estado do Rio, estima a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A cifra se refere a projetos já mapeados pela entidade, da expansão da infraestrutura e da produção de gás a empreendimentos industriais que usam o combustível como insumo.

A médio e longo prazos, a partir de 2025, a Firjan estima que, confirmada a redução no custo do combustível, o Rio possa atrair entre R\$ 160 bilhões e R\$ 180 bilhões em investimentos adicionais.

Na segunda-feira, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou medidas para reduzir a participação da Petrobras no transporte e distribuição de gás, como o uso de gasodutos ociosos pela iniciativa privada e incentivos à adesão dos estados à quebra do monopólio estadual na distribuição de gás encanado. Nas contas do governo, o PIB industrial do país pode ter um incremento de 8,46% com a queda do custo do combustível pela maior competição.

Segundo especialistas, o Rio deve ser uma das principais unidades da federação beneficiadas pelo plano, chamado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "choque de energia barata". Isso porque cerca de 70% das reservas de gás no

pré-sal estão no litoral fluminense, o que contribui para a atração de indústrias consumidoras do combustível com a perspectiva de ampliação da infraestrutura de escoamento e distribuição.

— O mais importante é o acesso ao gás. A redução do preço é uma consequência da abertura de mercado. Quanto maior o acesso, mais agentes estarão competindo, e maior o número de consumidores. Isso chegará ao preço final — destaca Karine Fragoso, gerente de Óleo e Gás da Firjan. — Há um potencial de projetos industriais no Rio como térmicas para geração de energia e outras atividades, como cerâmica, vidro, petroquímica e fertilizantes.

Além da vantagem geográfica, o governo do Rio saiu na frente na modernização da regulação da comercialização e distribuição de gás natural. A principal mudança é a criação da figura do consumidor livre, que permite a grandes consumidores, como indústrias, comprarem gás de outros fornecedores, além da Petrobras. O Rio privatizou a companhia estadual de gás em 1997, atualmente controlada pelo grupo espanhol Gas Natural.

#### USINAS TÉRMICAS

Na produção de energia, a redução do custo do gás deve estimular novos projetos. Atualmente há duas usinas em construção no Norte Fluminense. Com a proximidade da produção na Bacia de Campos, a Shell constrói uma em Macaé, e o Porto do Açu ergue outra em São João da Barra.

De acordo com a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), cerca de 20 mil megawatts (MW) em projetos de térmicas a gás poderão vencer o leilão de energia que o governo realiza em outubro. Hoje, o Brasil gera cerca de 13 mil MW por meio de térmicas a gás. Segundo Xisto Vieira Filho, presidente da Abraget, os projetos de gás inscritos no leilão somam 41 mil MW. Se metade for aprovada, os investimentos podem chegar a R\$ 43 bilhões.

— Sempre defendemos a expansão da geração de energia via térmicas a gás e fontes renováveis. A maior competição e uma regulação mais favorável vão aumentar os projetos privados no setor térmico — diz Vieira Filho.

#### Indústria química

Para Rivaldo Moreira Neto, diretor executivo da consultoria Gas Energy, o Rio é o estado mais bem posicionado no país para receber investimentos ligados ao gás. Ele acredita que empreendimentos como a térmica do Açu podem atrair outras empresas.

— Os últimos leilões ofertaram campos de petróleo bem em frente ao Rio (no mar), que conta com um ambiente propício para atrair investimentos, pois já



tem infraestrutura. O importante é que o gás esteja perto de onde está o consumo — diz o especialista. — O Rio tem variáveis que podem mudar o futuro. Com mais gás disponível, poderá haver aumento dos investimentos em setores que já têm presença no estado, como as indústrias automobilística, siderúrgica e de alimentos. Pode também atrair beneficia-mento do minério de ferro, devido à proximidade com Minas Gerais.

A indústria química também pode voltar a se expandir no Rio. Segundo Fernando Figueiredo, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), oito unidades industriais do setor foram fechadas desde 2011 no Brasil, das quais duas no Rio. Para ele, o estado pode voltar a reabilitar projetos com gás mais barato, já que ainda tem empresas do setor na região metropolitana.

— Não tenho dúvidas de que o Rio vai receber investimentos. O estado já conta com infraestrutura. O setor químico consome 23% de todo o gás produzido no país. O desafio é ampliar a quantidade de gasodutos para criar um mercado — diz Figueiredo, lembrando que hoje um terço da produção do gás em alto-mar é reinjetado nos reservatórios por dificuldades no escoamento.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: ELIANE OLIVEIRA E RENATA VIEIRA BRASÍLIA**

**Título: Privatização pode facilitar acesso de estados a fundo**

União estuda incluir a venda de distribuidoras de gás à iniciativa privada entre critérios para divisão de recursos do pré-sal

A privatização das empresas de distribuição de gás nos estados deve ser um dos critérios para a repartição de recursos de um fundo social que será criado pelo governo com o dinheiro arrecadado com a exploração do petróleo do pré-sal. A informação foi dada ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, ressaltando que o modelo ainda está em discussão.

Segundo Mansueto, os recursos provenientes do pré-sal vão aumentar substantivamente nos próximos dez anos. O governo federal está disposto a dividir os ganhos com os estados, que serão classificados de acordo com um conjunto de critérios. A privatização das estatais estaduais de gás pode entrar na pontuação, disse Mansueto.

— A ideia existe, mas ainda é embrionária. Haverá uma nota para o mercado de gás, mas não sabemos qual será a partilha, nem o montante — afirmou o

secretário, acrescentando que o repasse de dinheiro do fundo aos estados seria obrigatório e que seu mecanismo será discutido com o Congresso.

A adoção desse critério se insere no plano estratégico do governo para aumentar a concorrência no mercado de transporte e distribuição de gás a fim de induzir a queda dos preços do combustível industrial e residencial. Na segunda-feira, ao divulgar o plano aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que não haveria contrapartidas financeiras aos estados.

#### RESERVAS NO NORDESTE

O secretário do Tesouro explicou que o fundo social não tem relação com o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), chamado de Plano Mansueto, voltado para a recuperação financeira dos estados. Mas ele lembrou que a privatização do gás também será um dos oito critérios para que os estados recebam aval do Tesouro para a tomada de empréstimos:

— No PEF, o gás está lá, mas não será obrigatório. Já no fundo social, ainda não está desenhado quanto cada um vai ceder, nem como será a divisão dos recursos.

O projeto criando o PEF foi enviado ao Congresso. Estados e municípios quebrados que quiserem aderir ao programa terão de cumprir pelo menos três de um total de oito exigências, entre as quais a privatização de empresas, a redução dos subsídios e a fixação de um teto para os gastos públicos. Em troca, receberão aval do Tesouro para tomar empréstimos.

Também ontem, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse** que o governo quer aproveitar o gás da camada pré-sal das bacias de Sergipe e Alagoas, recentemente descobertas, para impulsionar esse mercado no país. Segundo ele, os campos descobertos a uma distância de cerca de 70 quilômetros da costa permitem um aproveitamento mais rápido e a um custo menor:

— O gás, nos últimos dez anos, tem sido muito benéfico para economias de diversos países, e, nos Estados Unidos, permitiu a reindustrialização. Essa é a nossa meta, proporcionar algo semelhante ao nosso país.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 26/06/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Primeira infância

Sob nova direção, a Petrobras tinha anunciado que a prioridade nos patrocínios seria a educação infantil. Hoje, formaliza o primeiro: R\$ 3 milhões em projeto da ANDI, organização sem fins lucrativos. A ideia é investir em capacitação de gestores públicos, oficinas e uma campanha para cuidados parentais.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: RENNAN SETTI**

**Título: CVM multa Eike em mais R\$ 550 mil por dados de OGX e OSX**

Desde 2015, a autarquia já aplicou quase R\$ 560 milhões em multas contra ex-bilionário

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou ontem o empresário Eike Batista a R\$ 550 mil em multas por irregularidades como conselheiro da petrolífera OGX e do estaleiro OSX.

O ex-bilionário era acusado de não ter tomado providências para que as demonstrações financeiras das duas empresas refletissem a incerteza que pairava sobre a viabilidade econômica dos campos de petróleo do grupo.

A defesa de Eike vai recorrer. Outros dois executivos do "grupo X" foram multados em R\$ 1,75 milhão em três processos julgados ontem.

No mês passado, Eike já havia sido condenado a pagar R\$ 536,5 milhões em multas pela CVM por negociar ações da OGX e da OSX com base em informações privilegiadas e por manipular o preço dos papéis por meio de mensagens no Twitter. Eike também havia sido proibido de atuar como administrador ou conselheiro de companhias abertas por sete anos.

Em outro processo julgado ontem, a CVM absolveu Eike e outros cinco dos executivos da OGX, mas condenou o ex-diretor financeiro da OGX Roberto Monteiro a multa de R\$300 mil pela divulgação de fato relevante considerado omissivo em 13 de março de 2013. Condenou ainda o ex-presidente Luiz Eduardo Carneiro a multa de R\$ 300 mil "por não ter agido com cuidado e diligência ao concordar com divulgação" daquele fato relevante. As defesas não comentaram a decisão.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 26/06/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Polícia confirma explosões em Brumadinho**

Delegacia de Meio Ambiente de Minas Gerais informou que houve detonação de explosivos na Mina Córrego do Feijão; não há, porém, evidência de que elas contribuíram para barragem da Vale desabar

A Delegacia de Meio Ambiente de Minas Gerais confirmou ontem que houve detonação de explosivos na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, antes do rompimento da barragem B1 em janeiro. A confirmação, feita pelo delegado Luiz Otávio Paulon, coincide com a data em que a tragédia completa cinco meses. Não há, porém, evidência de que a explosão tenha levado a estrutura da Vale a desabar. Em um primeiro momento, a mineradora negou que tenha acontecido qualquer detonação. De acordo a Polícia Civil, os explosivos teriam sido detonados dentro da cava da mina, localizada a 1,5 km de distância da barreira de contenção de rejeitos de mineração. O objetivo dos investigadores, a partir de agora, é verificar se eles influenciaram no rompimento da barragem.

Há ainda uma divergência a ser resolvida: dois funcionários afirmam que a explosão aconteceu, mas divergem em 1 hora quanto ao horário em que ela foi feita — um deles diz que foi antes do rompimento, e o outro fala que ocorreu depois. — Existe realmente essa divergência em relação ao horário. Efetivamente, houve sim a detonação de explosivos dentro da cava de Córrego do Feijão. A perícia já tem a documentação e até mesmo filmagem sobre todo o complexo do Córrego do Feijão — afirmou Paulon, em entrevista à TV Globo. Parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), já tinham ouvido o depoimento dos dois funcionários em questão.

#### HORÁRIOS DIFERENTES

Mecânico que prestava serviço para a Vale, Eiichi Osawa afirmou que as explosões teriam ocorrido a aproximadamente a um quilômetro da barragem por volta das 12h20m e das 12h40m. Osawa estaria de frente para o local e teria visto a detonação. Funcionário responsável pela detonação, Edmar de Resende, porém, garantiu que ela só ocorreu uma hora depois do rompimento da barragem, às 13h33m. Ele chegou a apresentar um vídeo do momento da explosão, gravação que ele mesmo teria feito, e tentou comprovar o horário da detonação. A decisão de realizá-la teria sido dele ao notar que seria perigoso

deixar os explosivos no local. Em nota, a Vale afirmou que não houve detonação de explosivos antes do rompimento da barragem.

Ainda segundo a empresa, as detonações de explosivos são “inerentes à atividade minerária e as recomendações da empresa de auditoria eram conhecidas e consideradas pela área geotécnica na execução das atividades no complexo”. A Vale também informou que não recebeu da CPI requerimento sobre os respectivos depoimentos. Segundo o delegado, a Vale já entregou o mapa de fogo, que é um relatório que mostra todo o uso de explosivos no complexo Córrego do Feijão. — Estamos analisando e já foram apreendidos, e também já foram requisitados e entregues pela própria empresa Vale, documentos e o mapa de fogo. (...) Então, nossa perícia já está debruçada em cima dos documentos para analisar se, de alguma forma, essas detonações contribuíram para o rompimento da barragem B1 do Córrego do Feijão — disse. Luiz Otávio Paulon disse que ainda não é possível prever um prazo para a finalização do trabalho da perícia, porque é um processo enorme. São mais de 3 mil páginas reunidas já na investigação e um grande volume de arquivos digitais.

#### LAUDO SOBRE EXPLOSÕES

Na CPI, os deputados citaram que o laudo de estabilidade emitido pela TÜV SÜD, empresa contratada pela Vale para auditar a barragem, recomendava que não fosse feito nenhuma detonação perto da barragem. Questionado sobre o laudo, o delegado Luiz Otávio Paulon ressaltou, mais uma vez, que a detonação dentro da cava não estava perto da barragem. A barragem de Córrego do Feijão se rompeu no dia 25 de janeiro, deixando pelo menos 246 mortos e 24 desaparecidos. Algumas vítimas seguem não reconhecidas pela Vale e pelo poder público. Essas vítimas “invisíveis” não foram atingidas pela lama em suas casas, mas tiveram as vidas afetadas pela tragédia ao verem seus negócios praticamente acabarem. (Com G1)

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 26/06/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: ELIANE OLIVEIRA E GLAUCE CAVALCANTI BRASÍLIA E RIO**

**Título: Câmara aprova texto-base da nova Lei de Licitações**

Seguro de 30% em obras públicas com orçamento acima de R\$ 200 milhões está entre os principais pontos da legislação examinada por deputados"

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto da nova Lei de Licitações. Os destaques apresentados à matéria devem ser votados hoje, conforme acordo entre partidos, para permitir, antes disso, a votação de quatro

projetos de lei relacionados a desastres com barragens. O acerto foi feito a pedido dos deputados que integram a Comissão Externa de Brumadinho, que apura a tragédia causada pelo rompimento de barragem da Vale no município mineiro, em janeiro.

A proposta dá nova roupagem à legislação em vigor, considerada defasada. Após passar pela Câmara, onde recebeu 117 emendas, o texto vai para o Senado. Entre os principais pontos inseridos está a exigência de um seguro de 30% para obras com valor acima de R\$ 200 milhões. Se a empreiteira não terminar o projeto, a seguradora faz isso ou ressarce o órgão público.

## PAÍS TERÁ PORTAL DE LICITAÇÕES

A medida divide opiniões. Críticos apontam que empresas de menor porte não têm fôlego para pagar um seguro equivalente a um terço do total orçado para o empreendimento. Para Venilton Tadini, da Abdib, associação que representa as grandes empresas de infraestrutura e indústria de base, é um avanço. Ele lamenta, porém, que, nas obras de grande vulto, o texto aprovado diga que "o seguro garantia poderá ser exigido", em vez de torná-lo obrigatório, como nas versões anteriores:

— Pode contribuir bastante para a conclusão de obras quando ocorrem problemas no meio do caminho, sobretudo em obras de grande vulto. Acho que os percentuais em relação ao valor dos contratos estão adequados.

Outro ponto é a criação, até 2023, de um portal nacional de transparência. Nele, serão divulgadas todas as licitações no Brasil. Qualquer cidadão terá, pela internet, acesso a editais, lances e à situação das obras contratadas. União e estados terão até dois anos para se adaptarem às novas regras. Municípios terão até seis anos.

Para Claudio Frischtak, especialista em infraestrutura da Inter.B Consultoria, a lei deve facilitar contratações:

—A lei vai trazer ganhos de eficiência nas esferas federal e estadual, mas pode produzir risco na municipal, onde ainda há baixa integridade na relação entre os setores público e privado. O portal é um ótimo mecanismo para garantir essa integridade —diz o economista.

O texto reduz, de 90 para 45 dias, o prazo para que órgãos públicos paguem as empresas responsáveis pela execução de projetos. O atraso no repasse permite a cobrança de juros e correção monetária. E os pagamentos serão feitos por ordem cronológica, pela data dos contratos. A meta é reduzir atrasos e evitar a paralisação de obras.

Cada obra licitada terá um projeto executivo, para evitar aditivos que acabam alterando custos e prazos. O texto prevê, ainda, a ampliação do limite de dispensa de licitação para contratações. Em obras de engenharia, subirá de R\$ 33 mil para R\$ 100 mil. Em serviços, vai de R\$ 17,5 mil para R\$ 33 mil. Modalidades como tomada de preços e convite serão extintas com a nova lei.

A pena para infrações em licitações subirá para de quatro a oito anos de prisão. Atualmente, é de três a seis anos. Segundo o relator, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), a punição ao mau uso do dinheiro público é um dos principais objetivos do projeto:

—A inovação tem como base experiências detectadas ao redor do mundo.

**MME / ASCOM .**